

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Demonstrações contábeis
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da:
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S
CRC 2BA - 00710/O "S" RJ

José Renato Mendonça
Contador – CRC 1BA 9.749/O – 9 "S" RJ

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	50.136	56.791	Fornecedores (Nota 17)	330.565	247.807
Contas a receber de clientes (Nota 8)	489.762	388.546	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	129.804	154.361
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(35.440)	(30.583)	Concessão a pagar (Nota 19)	50.830	-
Tributos a recuperar (Nota 9)	21.492	17.893	Obrigações trabalhistas	7.374	6.957
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	2.002	1.880	Tributos a recolher (Nota 20)	102.004	122.898
Adiantamentos a fornecedores	1.349	434	Obrigações com fundo de pensão (Nota 23)	12.138	11.415
Cessão de crédito	4.083	2.284	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	579	257
Demais contas a receber (Nota 12)	2.327	1.965	Dividendos propostos e juros sobre		
Estoques	1.682	1.255	o capital próprio (Nota 22.2 (c))	75.249	80.225
Despesas antecipadas	577	700	Demais contas a pagar	5.540	3.621
	<u>537.970</u>	<u>441.165</u>		<u>714.083</u>	<u>627.541</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	604.484	324.333
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	93.494	95.097	Tributos a recolher (Nota 20)	-	50
Tributos a recuperar (Nota 09)	23.601	37.133	Obrigações com fundo de pensão (Nota 23)	104.755	124.985
Demais contas a receber (Nota 12)	15.139	15.139	Provisão para contingências (Nota 24)	78.193	71.013
			Demais contas a pagar	19.819	46.668
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920	Concessão a pagar (Nota 19)	50.830	-
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 13)	(920)	(920)		<u>858.081</u>	<u>567.049</u>
Depósitos judiciais (Nota 14)	95.527	86.606	Total do passivo	<u>1.572.164</u>	<u>1.194.590</u>
Outros realizáveis a longo prazo	229	376			
	<u>227.990</u>	<u>234.351</u>	Patrimônio líquido (Nota 22)		
Investimentos	380	380	Capital social	362.585	362.342
Intangível (Nota 15)	1.705.918	1.394.868	Reserva de capital	2.194	2.194
Diferido (Nota 16)	43.711	75.550	Reservas de lucros	603.294	618.407
	<u>1.977.999</u>	<u>1.705.149</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(24.268)	(31.219)
			Total do patrimônio líquido	<u>943.805</u>	<u>951.724</u>
Total do ativo	<u>2.515.969</u>	<u>2.146.314</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.515.969</u>	<u>2.146.314</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Receita líquida (Nota 25)		
Venda de gás	3.267.318	2.910.766
Contratos de construção	165.418	141.393
Outras receitas	91.366	65.580
	<u>3.524.102</u>	<u>3.117.739</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Compra de gás e de serviços	(2.418.580)	(2.025.362)
Custo dos contratos de construção	(165.418)	(141.393)
Pessoal	(92.588)	(86.296)
Utilidades, materiais e serviços	(20.401)	(18.432)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 27)	(165.287)	(150.279)
Amortizações do intangível e diferido	(99.299)	(101.597)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 23)	(4.860)	(10.354)
Outras, líquidas (Nota 28)	(26.164)	(39.749)
	<u>(2.992.597)</u>	<u>(2.573.462)</u>
Lucro operacional	<u>531.505</u>	<u>544.277</u>
Resultado financeiro (Nota 29)		
Receitas financeiras	26.058	20.154
Despesas financeiras	(85.220)	(63.255)
	<u>(59.162)</u>	<u>(43.101)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	472.343	501.176
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)		
Do exercício	(152.840)	(166.510)
Diferidos	1.425	6.591
Lucro líquido do exercício	<u>320.928</u>	<u>341.257</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>51.927.546</u>	<u>51.927.546</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>6,18</u>	<u>6,57</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	<u>320.928</u>	<u>341.257</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(Perda) atuarial de fundo de pensão (Nota 23)	<u>6.951</u>	<u>23.808</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>6.951</u>	<u>23.808</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>327.879</u>	<u>365.065</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 23.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
		Legal	Expansão					
Em 31 de dezembro de 2012	359.909	2.194	71.981	292.796	214.132	-	(55.027)	885.984
Aumento de Capital	2.434	-	-	(2.434)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	341.257	-	341.257
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(214.133)	-	-	(214.133)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	23.808	23.808
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	487	-	-	(487)	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,6999 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(36.344)	-	(36.344)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,6988 por lote de mil ações)	-	-	-	-	255.578	(304.426)	-	(48.848)
Em 31 de dezembro de 2013	362.343	2.194	72.468	290.362	255.577	-	(31.219)	951.724
Aumento de Capital	242	-	-	-	-	-	-	242
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	320.928	-	320.928
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(242)	(255.578)	-	-	(255.820)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	6.951	6.951
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	49	-	-	(49)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,6345 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(36.356)	-	(36.356)
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,7001 por lote de mil ações)	-	-	-	-	240.659	(284.523)	-	(43.864)
Em 31 de Dezembro de 2014	362.585	2.194	72.517	290.120	240.658	-	(24.268)	943.805

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>472.343</u>	<u>501.176</u>
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	99.299	101.597
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>64.476</u>	<u>42.392</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	<u>636.118</u>	<u>645.165</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(101.216)	(7.525)
Tributos a recuperar e diferidos	184.467	145.199
Estoques	(427)	508
Cessão de créditos	(1.799)	(1.050)
Outros ativos	(9.932)	6.369
Fornecedores	184.418	(18.324)
Obrigações trabalhistas	417	(57)
Tributos a recolher	(172.359)	(134.494)
Partes relacionadas	200	(1.282)
Obrigações com fundo de pensão	(12.556)	(15.063)
Outros passivos	<u>(24.933)</u>	<u>25.305</u>
Caixa proveniente das operações	<u>682.398</u>	<u>644.751</u>
Juros pagos	(39.366)	(33.133)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(172.931)	(144.174)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	<u>(4.969)</u>	<u>(5.676)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>465.132</u>	<u>461.768</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(170.021)	(4.029)
Recebimento de venda de ativo intangível	(208.489)	(165.520)
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>953</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(378.510)</u>	<u>(168.596)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(67.477)	(69.892)
Ingressos de empréstimo	310.000	81.479
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	<u>(335.801)</u>	<u>(279.832)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(93.278)</u>	<u>(268.245)</u>
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.655)	24.926
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	<u>56.791</u>	<u>31.865</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	<u>50.136</u>	<u>56.791</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG**

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.044.338	3.640.257
Outras receitas operacionais	1.118	11.796
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(7.199)	(6.756)
	<u>4.038.257</u>	<u>3.645.297</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(2.583.997)	(2.166.755)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(484.701)	(472.317)
	<u>(3.068.698)</u>	<u>(2.639.072)</u>
Valor adicionado bruto	<u>969.559</u>	<u>1.006.225</u>
Retenções		
Amortização	(99.299)	(101.597)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>870.264</u>	<u>904.628</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.930	22.496
Valor adicionado total a distribuir	<u>897.194</u>	<u>927.124</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	58.905	52.334
Benefícios	15.558	17.338
Honorários da diretoria	3.905	4.155
	<u>78.368</u>	<u>73.827</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	258.451	288.766
Estaduais	141.941	142.793
Municipais	1.869	1.844
	<u>402.261</u>	<u>433.403</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	86.092	75.545
Aluguéis	9.545	3.092
	<u>95.637</u>	<u>78.637</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	36.356	36.344
Dividendos propostos	-	304.426
Lucros retidos	284.572	487
	<u>320.928</u>	<u>341.257</u>
Valor adicionado distribuído	<u>897.194</u>	<u>927.124</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.11 e 15).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Companhia em 13 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em consonância com os requerimentos do CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguinte nova interpretação de norma foi aplicável ao exercício de 2014 :
OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 25.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". No ano, não houve ganho ou perda cambial relacionado com empréstimos ou caixa e equivalentes de caixa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.8 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 14).

2.11 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão.

Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 15).

(ii) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 15).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 16).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2014.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 23).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.20 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.21 Demonstrações do valor adicionado

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 217.974 (R\$ 144.962 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 52.713 (R\$ 38.588 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2014, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionado na Nota 4.3(c).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores	381.395	-	-
Empréstimos e financiamentos	129.804	162.793	441.691
Contas a pagar - assunção de dívida	12.138	1.011	-
Contas a pagar - partes relacionadas	579	-	-
Em 31 de dezembro de 2013			
Fornecedores	247.807	-	-
Empréstimos e financiamentos	154.361	173.583	150.750
Contas a pagar - assunção de dívida	11.415	951	-
Contas a pagar - partes relacionadas	257	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	734.288	478.694
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(50.136)	(56.791)
Dívida líquida	684.152	421.903
Total do patrimônio líquido	943.805	951.724
Total do capital próprio e de terceiros	<u>1.627.957</u>	<u>1.373.627</u>
Índice de alavancagem financeira - %	42	31

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2014 foi decorrente, principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas nos exercícios, operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(c) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2014			2013		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	50.136	129.804	(79.668)	56.791	154.361	(97.570)
Não circulante	-	604.484	(604.484)	-	324.333	(324.333)
	<u>50.136</u>	<u>734.288</u>	<u>(684.152)</u>	<u>56.791</u>	<u>478.694</u>	<u>(421.903)</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 18).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Contas a receber de clientes	489.762	388.546
Caixa e equivalentes de caixa	50.136	56.791
Depósitos Judiciais	<u>95.527</u>	<u>86.606</u>
	<u>635.425</u>	<u>531.943</u>
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>		
Empréstimos	734.288	478.694
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>381.974</u>	<u>248.064</u>
	<u>1.116.262</u>	<u>726.758</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 842.920 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	<u>50.136</u>	<u>56.791</u>
	<u>50.136</u>	<u>56.791</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2014	2013
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	254.495	227.124
Do setor público	<u>10.780</u>	<u>9.201</u>
	<u>265.275</u>	<u>236.325</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	215.647	142.094
Do setor público	<u>2.327</u>	<u>2.868</u>
	<u>217.974</u>	<u>144.962</u>
Vendas de equipamentos	<u>6.513</u>	<u>7.259</u>
	<u><u>489.762</u></u>	<u><u>388.546</u></u>

Em janeiro de 2014, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 5,60% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2012, além da aplicação do resultado da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas, conforme Deliberações AGENERSA nº 1796 e nº 1881.

Em março de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (0,76%).

Em junho de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (0,80%).

Em setembro de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (1,42%).

Em dezembro de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (0,16%).

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2014	2013
A vencer		
Faturado	183.634	174.413
Não faturado	217.974	144.962
Vencidas		
Até três meses	46.497	33.227
De três a seis meses	6.216	5.361
Acima de seis meses (a)	<u>35.441</u>	<u>30.583</u>
	<u><u>489.762</u></u>	<u><u>388.546</u></u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em 1º de janeiro	30.583	27.147
Provisão para impairment de contas a receber	26.451	22.133
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(21.594)</u>	<u>(18.697)</u>
Em 31 de dezembro	<u>35.440</u>	<u>30.583</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9 Tributos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros (a)	15.221	11.998
FINSOCIAL (b)	13.800	19.421
ICMS a recuperar (c)	11.868	19.782
Contribuição Social (d)	1.535	1.165
Imposto de renda retido na fonte	<u>2.669</u>	<u>2.660</u>
	<u>45.093</u>	<u>55.026</u>
Circulante	<u>(21.492)</u>	<u>(17.893)</u>
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u><u>23.601</u></u>	<u><u>37.133</u></u>

- (a) Refere-se, cerca de 70%, a novo regime especial aplicado a Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.
- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 24(a(ii))).
- (c) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 4.140 (R\$ 5.004 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 2.067 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.073 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 7.728, classificados no longo prazo, (R\$ 14.778 em 31 de dezembro de 2013) referentes, principalmente, a créditos de ICMS referente a compra de gás junto à Petrobrás acumulados até o período a serem utilizados em período seguinte.
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.494	95.097

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações de fundo de pensão	49.339	50.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.870	4.420
Provisão para contingências	30.675	28.234
Mudança de prática - novos CPC's (*)	(3.874)	(2.967)
Fornecedores	5.450	6.603
Outras	7.034	8.031
Ativo não circulante	<u>93.494</u>	<u>95.097</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de ajuste a valor presente	(853)	(833)
Juros e variação monetária Gasius (CPC 33)	(3.201)	(2.134)
	<u>(3.874)</u>	<u>(2.967)</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>						
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013	50.776	4.420	28.234	(2.967)	6.603	8.031	95.097
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.539	450	2.441	(907)	(1.153)	(997)	2.373
Creditado (debitado) no Imposto corrente	(3.976)						(3.976)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>49.339</u>	<u>4.870</u>	<u>30.675</u>	<u>(3.874)</u>	<u>5.450</u>	<u>7.034</u>	<u>93.494</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	13.898
2017	18.090
2018	18.090
2019	18.090
2020	18.090
2021	3.618
2022	3.618
	<u>93.494</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	284	579		33	10.100
CEG Rio S.A.	1.296			11.866	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	385			1.039	
Gás Natural Serviços S.A.	34			239	
Gás Natural do Brasil S.A.	<u>3</u>			<u>15</u>	<u>667</u>
	2.002	579		13.192	10.767
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 18)		<u>57.444</u>	<u>65.400</u>		
Em 31 de dezembro de 2014	<u>2.001</u>	<u>58.023</u>	<u>65.400</u>	<u>13.192</u>	<u>10.767</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1.880</u>	<u>68.283</u>	<u>122.465</u>	<u>12.504</u>	<u>10.116</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos	4.566	4.585
Honorários de diretoria	3.726	4.155
Participação nos lucros	1.055	991
Planos de aposentadoria e pensão	130	148
Outros benefícios	997	753
	<u>10.476</u>	<u>10.632</u>

12 Demais contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a funcionários	483	551
Cartões corporativos	203	53
Outros devedores (i)	16.780	16.500
	<u>17.466</u>	<u>17.104</u>
Circulante	(2.327)	(1.965)
	<u>(2.327)</u>	<u>(1.965)</u>
Não circulante	<u>15.139</u>	<u>15.139</u>

(i) O saldo remanescente registrado no ativo não circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,7 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a Companhia detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal.

13 Provisão para perdas sobre bens e direitos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aplicação em incentivos fiscais	<u>920</u>	<u>920</u>

Constituído basicamente por aplicações no FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia.

14 Depósitos judiciais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ICMS (a)	2.994	2.790
INSS (a)	18.640	16.679
Processo Administrativo - SRF (b)	6.387	6.021
CIDE (c)	9.814	8.863
Penhora Judicial (d)	19.905	18.703
Trabalhistas	28.894	26.124
Outros	8.893	7.426
	<u>95.527</u>	<u>86.606</u>

(a) Depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 24(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$10.630) e cíveis (R\$9.275). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$4.638).

15 Intangível

	Servidões de Passagem	Software	Contrato de concessão	Total em Operação	Software em Desen- volvimento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013	898	8.707	1.272.203	1.281.808	6.832	1.288.640
Aquisição			165.520	165.520	4.029	169.549
Baixa líquida			(952)	(952)		(952)
Transferência para intangível em operação		6.833	-	6.833	(6.833)	-
Amortização	(147)	(4.774)	(57.447)	(62.368)		(62.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	751	10.766	1.379.324	1.390.841	4.028	1.394.868
Custo total	3.627	77.706	2.146.980	2.228.313	4.028	2.232.341
Amortização acumulada	(2.876)	(66.940)	(767.656)	(837.472)	-	(837.472)
Valor residual	751	10.766	1.379.324	1.390.841	4.028	1.394.869
Saldos em 1 de janeiro de 2014	751	10.766	1.379.324	1.390.841	4.028	1.394.868
Aquisição	152.490	4.029	208.499	365.018	17.532	382.550
Baixa líquida			(10)	(10)		(10)
Transferência para intangível em operação			-	-	(4.029)	(4.029)
Amortização	(147)	(3.984)	(63.330)	(67.460)		(67.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	153.094	10.812	1.524.483	1.688.388	17.531	1.705.918
Custo total	156.117	81.735	2.355.468	2.593.320	17.531	2.610.850
Amortização acumulada	(3.023)	(70.924)	(830.986)	(904.932)	-	(904.932)
Valor residual	153.094	10.812	1.524.483	1.688.388	17.531	1.705.918
Taxas anuais de amortização (%)	5 e 6,7	20				

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.
- (c)
- (d) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total em Operação	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013	1.891	5.401	1.908	18.895	2.748	3.044	3.177	1.107.529	1.149	1.145.742	126.461	1.272.203
Aquisição				1.640	881	1.557	3.021	15.194	1.300	23.593	141.927	165.520
Baixa líquida				-		(2)	(102)	(849)		(952)		(952)
Transferência para imobilizado em operação		1.848						107.668		109.516	(109.516)	-
Amortização		(480)	(85)	(2.857)	(899)	(481)	(1.244)	(50.924)	(477)	(57.447)		(57.447)
Ajustes	(1)	1	(1)	1					(3)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452	158.872	1.379.324
Custo total	1.890	31.518	11.569	110.858	23.170	12.283	15.172	1.777.875	3.770	1.988.108	158.872	2.146.980
Depreciação acumulada	-	(24.748)	(9.747)	(93.179)	(20.440)	(8.165)	(10.320)	(599.256)	(1.801)	(767.656)	-	(767.656)
Valor contábil atual	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452	158.872	1.379.324
Saldos em 1 de janeiro de 2014	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452	158.872	1.379.324
Aquisição				1.580	4.050	4.711	1.705	23.359	5.500	40.905	167.594	208.499
Baixa líquida								(10)		(10)		(10)
Transferência para imobilizado em operação		702						148.762		149.464	(149.464)	-
Amortização		(515)	(85)	(2.909)	(898)	(701)	(1.294)	(55.281)	(1.645)	(63.330)		(63.330)
Ajustes										-		-
Saldos em 30 de dezembro de 2014	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481	177.001	1.524.483
Custo total	1.890	32.221	11.569	112.437	27.221	16.994	16.878	1.949.985	9.270	2.178.467	177.001	2.355.468
Depreciação acumulada	-	(25.263)	(9.833)	(96.089)	(21.338)	(8.866)	(11.614)	(654.537)	(3.446)	(830.986)	-	(830.986)
Valor contábil atual	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481	177.001	1.524.483
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas			

(e) A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 11.791 (R\$ 9.949 em 31 de dezembro de 2013) à taxa média de 11,68% (9,15% em 31 de dezembro de 2013).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013	49.303	65.461	15	114.779
Aquisição				-
Amortização	(19.973)	(19.241)	(15)	(39.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	29.330	46.220	0	75.550
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(208.389)	(154.700)	(1.109)	(364.198)
Valor residual	29.330	46.220	-	75.550
Saldos em 1 de janeiro de 2014	29.330	46.220	0	75.550
Aquisição				-
Amortização	(14.363)	(17.476)		(31.839)
Saldos em 30 de dezembro de 2014	14.967	28.744	0	43.711
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(222.752)	(172.176)	(1.109)	(396.037)
Valor residual	14.967	28.744	0	43.711
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
De gás	263.279	197.384
De materiais	9.147	3.896
De serviços	<u>58.139</u>	<u>46.527</u>
	<u>330.565</u>	<u>247.807</u>

18 Empréstimos e financiamentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Financiamentos	122.845	190.494
Linhas de crédito	<u>611.443</u>	<u>288.200</u>
	<u>734.288</u>	<u>478.694</u>
Total do passivo		
Circulante	129.804	154.361
Não circulante - exigível a longo prazo	<u>604.484</u>	<u>324.333</u>
	<u>734.288</u>	<u>478.694</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>		
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	11.282	310.000	844	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.882	80.000	31.271	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		57.444	65.400	68.026	122.465
Banco Santander S.A.		100%		44.284		41.868
ING Bank		100%	52.281		2.163	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%	<u>6.915</u>	<u>104.800</u>	<u>52.057</u>	<u>60.000</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			129.804	604.484	154.361	324.333

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2014 com um custo médio de captação de 105% do CDI (112% em 31 de dezembro de 2013).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 109,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015		106.487
2016	261.001	179.163
2017	329.231	24.431
2018	<u>14.252</u>	<u>14.252</u>
	<u>604.484</u>	<u>324.333</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

19 Concessão a pagar

Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG. e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor será pago em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016, seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Tributos a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda a pagar	65.952	79.980
Contribuição social sobre lucro a pagar	-	4.143
ICMS	20.124	20.835
PIS	1.138	1.323
COFINS	5.242	6.096
Outros	<u>9.548</u>	<u>10.571</u>
	102.004	122.948
Circulante	<u>(102.004)</u>	<u>(122.898)</u>
Não circulante - Exigível a longo prazo	<u>-</u>	<u>50</u>

21 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>472.343</u>	<u>472.343</u>	<u>501.176</u>	<u>501.176</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(118.086)	(42.511)	(125.294)	(45.106)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	9.089	3.272	9.086	3.271
Adições Permanentes	(2.680)	(965)	(1.715)	(617)
Incentivos Fiscais	826		994	
Outros	<u>(265)</u>	<u>(95)</u>	<u>(396)</u>	<u>(142)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(111.116)</u>	<u>(40.299)</u>	<u>(117.325)</u>	<u>(42.594)</u>
Alíquota efetiva	<u>24</u>	<u>9</u>	<u>23</u>	<u>8</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2013, 2012 e 2011.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 posteriormente convertida na Lei nº 12.973/14, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos. A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações contábeis.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	54,16
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	100,00

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 243, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

22.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em reais

	Reservas de lucros				Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Total		
Em 31 de dezembro de 2012	71.981	292.796	214.132	578.908	(55.027)	0,00
Lucro líquido do período				0		341.257
Reserva legal	487			487		(487)
Ganho atuarial de fundo de pensão				0		36.073
Impostos sobre ganho atuarial de fundo de pensão				0		(12.265)
Aumento de capital		(2.434)		(2.434)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício			(214.132)	(214.132)		
Juros sobre capital próprio - mínimo obrigatório				0		(36.344)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório				0		(48.848)
Dividendos propostos a aprovar			255.578	255.578		(255.578)
Transferências para ajuste de avaliação					23.808	(23.808)
Em 31 de dezembro de 2013	72.468	290.362	255.578	618.407	(31.219)	0,00
Lucro líquido do período				-		320.928
Reserva legal	49			49		(49)
Ganho atuarial de fundo de pensão				-		10.530
Impostos sobre ganho atuarial de fundo de pensão				-		(3.580)
Aumento de capital		(242)		(242)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício			(255.578)	(255.578)		
Juros sobre capital próprio - mínimo obrigatório				-		(36.358)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório				-		(43.861)
Dividendos propostos a aprovar			240.660	240.660		(240.660)
Transferências para ajuste de avaliação					6.950	(6.950)
Em 31 de Dezembro de 2014	72.517	290.120	240.660	603.296	(24.269)	0

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, de 2013 e no período findo em 31 de dezembro de 2014 não foi constituída a reserva de expansão.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2014	2013
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	320.928	341.257
Constituição da reserva legal	(49)	(487)
Base de cálculo dos dividendos	<u>320.879</u>	<u>340.770</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>80.219</u>	<u>85.193</u>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	36.356	36.344
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	43.864	43.881
Destinação a aprovar	240.660	255.578
Total	<u>320.880</u>	<u>335.803</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>100</u>	<u>100</u>

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014 aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 304.427, representado por R\$ 0,6999 por lote de mil ações do capital social.

Em 26 de novembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, que será realizada em abril de 2015, o pagamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$ 36.356, a ser pago em parcela única no mês de julho de 2015. O registro contábil do benefício foi efetuado no dia 22 de dezembro de 2014, data que determinou o direito ao benefício. Dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 43.864 mil foram registrados para atender a previsão Estatutária. O saldo remanescente, no valor de R\$ 240.660, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2015.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2014, superávit acumulado de R\$ 30.031 (R\$ 44.650 em 31 de dezembro de 2013) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	65	68
Inativos	<u>1.066</u>	<u>1.077</u>
	<u><u>1.131</u></u>	<u><u>1.145</u></u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.207 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	2014	2013
Fundo de pensão (Gasius)	2.040	2.015
Assistência médica	5.097	4.632
	<u>7.137</u>	<u>6.647</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2014	2013
Plano de benefícios – GASIUS	13.149	23.781
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.106	6.205
Prêmio aposentadoria	2.285	2.239
Assistência médica para aposentados	<u>95.352</u>	<u>104.175</u>
	116.893	136.400
Circulante	<u>(12.138)</u>	<u>(11.415)</u>
Não circulante	<u>104.755</u>	<u>124.985</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	136.400	175.271
Custo do serviço corrente	(653)	501
Juros sobre obrigações atuariais	47.949	48.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	(40.225)	(32.953)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(10.531)	(36.073)
Benefícios pagos	3.366	(2.315)
Contribuições de patrocinadores	(9.747)	(6.647)
Pagamentos confissão de dívida	(10.892)	(11.187)
Juros confissão de dívida	<u>1.224</u>	<u>1.583</u>
Em 31 de dezembro	<u>116.892</u>	<u>136.400</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2012	363.744	6.520	2.273	133.144
Custo do serviço corrente	(1.071)		69	1.503
Juros sobre obrigações atuariais	34.577	602	207	12.834
Contribuições participantes	2.081			
Reconhecimento de ganhos/perdas				
Atuariais	48.931	(11)	(253)	(37.937)
Benefícios pagos	(27.168)	(906)	(57)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2013	323.232	6.205	2.239	104.175
Custo do serviço corrente	(1.649)		73	924
Juros sobre obrigações atuariais	35.520	659	198	11.574
Contribuições participantes	2.123			
Reconhecimento de ganhos/perdas	(5.336)	184	(225)	(15.936)
Atuariais				
Benefícios pagos	(26.366)	(942)		(5.385)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>327.524</u>	<u>6.106</u>	<u>2.285</u>	<u>95.352</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2013	339.230	
Rendimento esperado	32.954	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(4.231)	
Contribuições da patrocinadora	13.187	5.369
Contribuições dos participantes	2.081	
Benefícios pagos	(27.168)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2013	356.053	-
Rendimento esperado	40.225	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(10.531)	
Contribuições da patrocinadora	9.747	5.369
Contribuições dos participantes	3.366	
Benefícios pagos	(27.168)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>371.692</u>	<u>-</u>

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	202.703
Fundos de investimento de renda fixa	48.192
Títulos privados	<u>10.737</u>
	<u>261.132</u>
Títulos de renda variável	56.303
Investimento imobiliário	37.672
Outros ativos	<u>8.521</u>
	<u>364.128</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2014	2013
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	327.524	323.232
Valor justo dos ativos do plano	375.417	(356.053)
Déficit (superávit)	(47.894)	(32.821)
Limite assunção de dívida (*)	47.894	32.821
Assunção de dívida GASIUS	13.149	23.781
Passivo líquido	<u>13.149</u>	<u>23.781</u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	2014	2013
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>6.106</u>	<u>6.205</u>
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>2.285</u>	<u>2.240</u>
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>95.352</u>	<u>104.175</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	2013				
	Plano de Benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(1.071)		69	1.503	501
Juros sobre obrigações atuariais	34.577	602	207	12.834	48.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	(32.953)				(32.953)
	<u>553</u>	<u>602</u>	<u>276</u>	<u>14.337</u>	<u>15.768</u>
Resultado abrangente	<u>3.045</u>	<u>(151)</u>	<u>(293)</u>	<u>(38.674)</u>	<u>(36.073)</u>
	2014				
	Plano de Benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(653)		73	924	344
Juros sobre obrigações atuariais	47.949	659	196	11.574	60.378
Rendimento esperado dos ativos do plano	(40.225)				(40.225)
	<u>7.071</u>	<u>659</u>	<u>270</u>	<u>12.498</u>	<u>20.497</u>
Resultado abrangente	<u>5.182</u>	<u>185</u>	<u>(225)</u>	<u>(15.935)</u>	<u>(10.793)</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 15.769 (R\$ 15.769 em 2013). Deste valor, um total de R\$ 5.415 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 5.415 em 2013), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 4.860 em obrigações com fundo de pensão (R\$ 10.354 em 2013).

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2014 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%
Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão em 31 de dezembro de 2014 seria impactado em R\$ 19.125 (R\$ 18.143 em 31 de dezembro de 2013).		
As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:		
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto		5,6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos		N/A.
Crescimentos salariais futuros		2,1%a.a.
Inflação		5,5.a.a.
Fator de capacidade		
Salários		98%
Benefícios		98%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade		AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos		IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez		Álvaro Vindas

24 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2014	2013
Trabalhistas	35.668	34.656
Cíveis	32.711	24.905
Tributárias	9.814	11.452
	78.193	71.013

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	71.013
Adições	16.046
Baixas/reversões	(19.027)
Atualizações monetárias	<u>10.161</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>78.193</u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 9.814 (R\$ 8.863 em 31 de dezembro de 2013) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 14 (c)). Existem ainda R\$ 2.615 (R\$ 2.589 em dezembro de 2013) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2014	2013
Esfera		
Federal	<u>9.814</u>	<u>8.863</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 179,153,02 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 165,279 em 31 de dezembro de 2013).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 14.320,06 (R\$ 12.529 em 2013).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 7.478,28 (R\$ 7.204 em 31 de dezembro de 2013).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em 01/2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 10.706,19 (R\$ 10.224 em 2013).
- Em 12/2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 119.058,75 (R\$ 103.820 em 31 de dezembro de 2013).

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2014, seria de R\$ 386.314 (R\$ 370.670 em 31 de dezembro de 2013) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL. Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 13.800 (R\$ 19.421 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2014	2013
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	72	160
Ex-empregados terceiros	881	1.116
Outros (Ministério Público, INSS)	43	33
	996	1.309

O saldo das provisões para processos trabalhistas aumentou de R\$ 34.656 em dezembro de 2013 para R\$ 35.668 em 31 de dezembro de 2014 (aumento de 2,8%). A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2014	2013
Ex-empregados CEG	6.237	6.647
Ex-empregados terceiros	29.431	28.009
	35.668	34.656

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam 31 de dezembro de 2014 R\$ 55.850 (R\$ 71.680 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (c) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.280, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do Autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a Ceg a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então Estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 1.869. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável no montante de R\$ 21.229 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

25 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termoeletrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Informações por segmento

Segmentos	Margens por segmento 2014							
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil (Não revisado)	111.158	88.952	554.781	2.435.773	774.823			3.965.487
Receita Bruta	579.734	214.693	695.616	1.396.107	890.460	165.418	102.308	4.044.336
Deduções	(122.531)	(45.865)	(141.188)	(6.981)	(192.729)		(10.940)	(520.234)
Receita Líquida	457.203	168.828	554.428	1.389.126	697.731	165.418	91.368	3.524.102
Custo	(62.910)	(56.900)	(416.068)	(1.301.747)	(579.418)	(165.418)	(1.536)	(2.583.997)
Resultado Bruto	394.293	111.928	138.360	87.379	118.313	-	89.832	940.105
Despesas/ Receitas Operacionais								(467.761)
Resultado antes da Tributação								472.343
Provisão p/IR e Contribuição social								(151.415)
Lucro/Prejuízo do Período								320.928

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações por segmento

Segmentos	Margens por segmento 2013							
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Não revisado)	114.574	87.245	571.922	2.084.468	783.681			3.641.890
Receita Bruta	602.832	266.060	684.851	1.007.119	862.481	141.393	75.527	3.640.263
Deduções	(127.649)	(56.844)	(136.378)	(5.036)	(186.673)		(9.944)	(522.524)
Receita Líquida	475.183	209.216	548.473	1.002.083	675.808	141.393	65.583	3.117.739
Custo	(62.509)	(52.757)	(408.203)	(924.510)	(565.009)	(141.393)	(12.372)	(2.166.753)
Resultado Bruto	412.674	156.459	140.270	77.573	110.799	-	53.211	950.986
Despesas/ Receitas Operacionais								(449.814)
Resultado antes da Tributação								501.176
Provisão p/IR e Contribuição social								(159.919)
Lucro/Prejuízo do Período								341.257

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Receitas de serviços	96.449	55.800
Receitas de serviços taxados	5.345	5.417
Receita de aluguéis	516	477
Receita de MRV	-	13.829
	102.310	75.523

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

26 Compromissos e contingências

26.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 01 de agosto de 2013 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2013.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a efetivação do termo aditivo nº 9, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a julho de 2013, de 5,05 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de agosto a dezembro de 2013, de 5,46 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2014, de 5,58 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2015, e de 5,76 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC).

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay para os anos de 2013 a 2019.

Embora os valores pagos a título de Take or Pay (TOP) poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2013 não houve pagamento de TOP.

Ao final de 2014, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de TOP no final do ano.

26.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

26.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução – 1,99%.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenersa determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

26.4 Ativo regulatório

Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade do resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, publicada em 30 de abril de 2009, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado na medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

26.5 Termo de compromisso

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

Em março de 2012, foi assinado pelo Ministério Público, Prefeitura do Rio de Janeiro e CEG, o 1º Aditivo ao Termo de Compromisso celebrado em 28 de julho de 2011, estabelecendo procedimentos para a recomposição, recapeamento e restauração do pavimento asfáltico em vias públicas que forem objeto de obras realizadas pela Companhia, visando garantir as condições originais do pavimento, principalmente, nos logradouros já abrangidos pelo projeto “Asfalto Liso”. O descumprimento da obrigação assumida no referido termo aditivo, resulta em aplicação de multa à Companhia por parte do poder concedente. Pelo cumprimento integral do acordo, O MP suscitou a aplicação de multa em razão de uma explosão de bueiro ocorrida em Copacabana, em 11/12/2012. Apresentamos recurso.

26.6 Antecipação de pagamento

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas assim dispostas:

Nº da Parcela	Percentual do Total	Valor (R\$ mil)	Data de Pagamento
Primeira parcela	5 %	2.333	05/01/2012
Segunda parcela	30%	14.000	05/07/2012
Terceira parcela	10%	4.667	05/11/2012
Quarta parcela	10%	4.667	05/03/2013
Quinta parcela	15%	7.000	05/06/2013
Sexta parcela	15%	7.000	05/09/2013
Sétima parcela	15%	7.000	05/11/2013

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Em 31.12.2014 o saldo do adiantamento é de R\$ 19.819

26.7 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

27 Serviços e outros gastos gerais

	2014	2013
Serviços de manutenção	22.681	25.390
Serviço de profissionais independentes e contratados	104.863	98.043
Gastos gerais de escritório	3.955	3.371
Viagens e estadas	2.506	1.756
Aluguéis	9.545	3.092
Propaganda e publicidade	10.124	9.633
Despesas empresas do grupo	7.163	9.202
Perdas e recuperação de créditos	7.199	6.755
Provisões (reversões de provisões)	(2.749)	(6.963)
	<u>165.287</u>	<u>150.279</u>

28 Outras receitas (despesas) líquidas

	2014	2013
Ganho na venda de equipamentos	19	59
Impostos e taxas	(7.724)	(16.803)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	68	(848)
Indenização a terceiros	(12.876)	(14.484)
Despesa com impostos	(3.670)	(3.027)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.981)	(4.646)
	<u>(26.164)</u>	<u>(39.749)</u>

29 Resultado financeiro

Receitas financeiras

	2014	2013
Rendas sobre aplicações financeiras	1.228	4.804
Atualizações monetárias e cambiais ativas	11.822	4.747
Receita de juros e encargos	9.432	9.358
Outras receitas financeiras	3.576	1.245
	<u>26.058</u>	<u>20.154</u>

Despesas financeiras

	2014	2013
Comissões	(296)	(285)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(45.294)	(29.366)
IOF	(1.612)	(964)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(14.697)	(12.745)
Fiança bancária	(20.594)	(18.669)
Outras despesas financeiras	(2.727)	(1.225)
	<u>(85.220)</u>	<u>(63.255)</u>
	<u>(59.162)</u>	<u>(43.101)</u>

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada foi favorável a Companhia proferida pelo STJD, que transitou em julgado em 29.04.2014.

Em maio/2014, foi comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda que apesar da data do trânsito em julgado da decisão favorável à CEG, estaria efetuando o pagamento da taxa pelo uso do subsolo no mês de maio/2014, cessando o pagamento em junho/14.

31 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Em reais
Ramos	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	435.486
Responsabilidade civil geral (*)	217.743
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Informações Adicionais

No dia 16 de junho de 2014 a Gas Natural Fenosa e a CEMIG divulgaram para os mercados onde negociam seus papéis, fato relevante comunicando sobre uma negociação realizada diretamente entre ambas as empresas.

De acordo com o comunicado da Gas Natural Fenosa:

- A Gas Natural Fenosa e a CEMIG firmaram um acordo para potencializar o desenvolvimento da rede de distribuição de gás natural no Brasil. Em razão deste acordo condicionado, ambas as empresas concentrarão, durante os próximos meses, esforços para constituir uma holding de distribuição de gás natural no Brasil e empreender possíveis novos investimentos. A holding terá um acordo de acionistas e terá participação majoritária da Gás Natural Fenosa.
- A possível constituição da Holding não representará um impacto significativo nas contas da Gás Natural Fenosa a curto prazo e nem no controle de suas distribuidoras no Rio de Janeiro e São Paulo.
- O acordo ainda será submetido, no devido momento, às correspondentes autorizações regulatórias e administrativas das autoridades pertinentes.

No dia 17/06/2014 a Bovespa solicitou à CEG informações acerca de notícia publicada no Jornal Valor econômico sobre tal negociação. No dia 18/06/2014, prazo concedido para a resposta, a CEG informou que teve conhecimento do comunicado realizado pela Gas Natural Fenosa na Espanha, que o acordo, ainda não concluído, não refletiria impactos no controle ou estrutura administrativa da Companhia e, que, caso seja comunicada de seu envolvimento, informará tempestivamente ao mercado em cumprimento a legislação vigente e em atendimento aos princípios que norteiam a Governança Corporativa.

Ainda em relação ao referido acordo a CEG informa que as partes envolvidas ainda estão buscando forma de potencializar o desenvolvimento de redes de gás no Brasil.

* * *